Poder Judiciário do Estado do Paraná

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL, VARA DA FAZENDA PÚBLICA E COMPETÊNCIA DELEGADA DA COMARCA DE PATO BRANCO - PR

Rua Maria Bueno, 284 - Trevo da Guarani - Sambugaro - Pato Branco/PR - CEP: 85.501-560

Fone: (46) 3225 3448 - E-mail: pb-1vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL

Pelo presente se faz saber a todos, que será levado a arrematação, em primeiro e segundo leilão conforme Lei 13.105/2015, o(s) bem(ns) adiante descrito(s), na forma seguinte:

PRIMEIRO LEILÃO: **Nas modalidades presencial e eletrônica**, dia 09/10/2024, às 13:30 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação.

<u>SEGUNDO LEILÃO</u>: <u>Nas modalidades presencial e eletrônica</u>, dia 22/10/2024, às 13:30 horas, pelo maior lance, desde que não seja vil, assim considerado o inferior a 50% da avaliação do bem penhorado.

O interessado em ofertar lances de forma eletrônica, deverá efetuar cadastro prévio junto ao site do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br - sendo o cadastro requisito indispensável para participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. Os lançadores on-line estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentais destinadas aos lançadores de leilões presenciais, inclusive quanto à responsabilidade civil e criminal.

<u>LOCAL</u>: Auditório do Leiloeiro, sito na Rua Osvaldo Aranha, 659, Centro, Pato Branco/PR e simultaneamente o online no site do leiloeiro www.simonleiloes.com.br

<u>PUBLICAÇÃO</u>: Na forma do art. 887 do CPC, o presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br - dispensada a publicação em jornal.

<u>OBS</u>: Caso não haja expediente forense nos dias acima, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

<u>PROCESSO</u>: Autos 0000007-39.2018.8.16.0131 de Cumprimento de sentença em que é Exequente GMC PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS LTDA - CNPJ 10.413.999/0001-54 e Executado(s) RODA VIVA CENTRO AUTOMOTIVO - CNPJ 08.936.533/0001-91.

<u>DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS)</u>: Uma máquina misturadora para tinta Poliéster e tinta PU, com duas prateleiras com capacidade para 18 misturadores e 03 prateleiras com capacidade para 12 misturadores com 21 tampas pequenas com misturadores e 28 tampas grandes com misturadores, avaliada em R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais); Uma máquina misturadora para tinta Poliéster, com 04 prateleiras com capacidade para 10 misturadores e 02 prateleiras com capacidade para 07 misturadores com 30 tampas pequenas e 03 tampas grandes com misturadores, avaliada em R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais); Uma balança de precisão com plataforma, marca Sartorius, avaliada em R\$ 3.000,00 (Tres mil reais).

AVALIAÇÃO: R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) em 21/02/2022.

<u>DEPÓSITO</u>: Em mãos do Sr. Sebastião Antunes, podendo ser localizado na Rua Luis Parzianelo, nº 245, Bairro Fraron, (próximo ao Kartódromo Municipal-em frente a Cervejaria HazBier.

<u>DÍVIDA</u>: R\$ 30.470,48 (trinta mil, quatrocentos e setenta reais e quarenta e oito centavos) em 06/08/2021, valor sujeito à atualização mais as custas processuais.

<u>ÔNUS</u>: Os que constarem nos autos

<u>CONDIÇÕES DE PAGAMENTO</u>: O pagamento deverá ser realizado à vista pelo arrematante, alternativamente, o valor da arrematação poderá ser quitado no prazo de até 15 dias, mediante caução idônea, prestada no ato, equivalente a 25% do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor no prazo de 15 dias, perderá o valor da caução, tornando sem efeito a arrematação e retornando o bem à novo leilão, dos quais não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. Nos pagamentos via guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, devendo o arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital.

<u>CONDIÇÕES GERAIS</u>: Os bens serão vendidos livre de dívidas e ônus de acordo com o art. 130 § único do Código Tributário Nacional, exceto em caso de adjudicação. Os bens serão vendidos no estado que se encontram, inexistindo garantia sobre os mesmos, e para os imóveis a venda será *ad corpus*, assumindo o arrematante a retirada dos bens, posse no imóvel, impostos e taxas que recaírem sobre os bens para transferência junto aos órgãos competentes. Caberá ao arrematante arcar com o custo de expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital.

LEILOEIRO: Elton Luiz Simon, Jucepar 09/023-L, fone (46) 3225-2268, www.simonleiloes.com.br o qual perceberá

por seu ofício a seguinte remuneração: a) em caso de adjudicação – 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo exequente; b) em caso de arrematação – 5% (cinco por cento) sobre o valor do arremate, a ser pago pelo arrematante; c) em caso de remição ou acordo – 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo executado, e devidos a partir da publicação do edital.

INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) executado(s) cônjuge(s), condômino(s), coproprietário(s), usufrutuário(s), credor(es) hipotecário(s), fiduciário(s) e demais credores de acordo com o art. 889 da Lei 13.105/2015, se por ventura não for(em) encontrado(s) para intimação pessoal, sendo que o presente edital será publicado na forma da lei, e afixado no local de costume.

OBS: O juízo responsável pela designação da hasta pública ou o leiloeiro público oficial não serão responsabilizados por qualquer dano, prejuízo ou perda no equipamento do usuário causados por quedas ou falhas no sistema, no servidor ou na internet, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta.

OBS.: O(s) bem(ns) que não for(em) objeto de arrematação no decorrer do leilão judicial serão apregoados novamente (repassados) ao final do evento, na mesma data.

Pato Branco/PR, 23/08/2024. Eu,.....(Isabel S. Cardoso), Auxiliar Juramentada, Autorizada pela Portaria nº 33/2012, o fiz digitar e subscrevi.

Juiz(a) de Direito (Substituto(a))